

I CONGRESSO CRIM/UFMG

GÊNERO E INTERFACES COM SAÚDE FÍSICA E MENTAL

G326

Gênero e interfaces com saúde física e mental [Recurso eletrônico on-line] I Congresso
CRIM/UFMG: UFMG – Belo Horizonte;

Organizadores: Luiza Martins Santos, Mariana Karla de Faria e Raíssa Emmerich Santana
- Belo Horizonte: UFMG, 2021.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-366-5

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Gênero, feminismos e violência.

1. Violência de Gênero. 2. Saúde. 3. Mulher. I. I Congresso CRIM/UFMG (1:2021: Belo Horizonte, MG).

CDU: 34



I CONGRESSO CRIM/UFMG

GÊNERO E INTERFACES COM SAÚDE FÍSICA E MENTAL

Apresentação

O CRIM/UFMG é um Programa de extensão universitária da UFMG sobre violência de gênero, proveniente do Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão em Crimes Contra a Mulher criado em 2019 por um grupo de estudantes universitárias da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que perceberam a necessidade de ampliar o espaço de debates, denúncias e enfrentamento da violência de gênero dentro da instituição.

O objetivo do Programa é trazer para o grande público questões relevantes referentes ao combate à violência de gênero de forma didática e acessível, de modo a contribuir em diferentes perspectivas, a partir da atuação estudantil em frentes com Profissionais de Saúde, Educação, Infância e Juventude bem como na abordagem de acolhimento de migrantes e refugiadas. Dessa forma, entende-se a necessidade de se desenvolver atividades – que não se limitem ao espaço acadêmico - por meio da criação grupos de estudos, eventos, campanhas de conscientização sobre o tema, além de ministrar oficinas, cursos e capacitação que abordem os diversos tipos de violências de gênero numa perspectiva de promoção da igualdade de gênero. Nesse sentido, o Programa, a partir de uma construção coletiva, busca romper com a cisão criada em uma sociedade desigual e assim, colocar como sujeitos políticos grupos historicamente marginalizados.

Nessa perspectiva, o I Congresso CRIM / UFMG - Gênero, Feminismos e Violência pretende incentivar o debate sobre os progressos e desafios em relação à temática gênero, considerando a integralidade da vivência do ser mulher em uma sociedade machista, cisgênera, heteronormativa, com claros atravessamentos de classe e raça.

O GT 5 - Gênero e Interfaces com Saúde Física e Mental se propôs a discutir experiências conexas ao gênero e saúde física e/ou mental, a partir da compreensão da saúde não apenas como uma ausência de doenças ou no seu aspecto biológico, mas sim como um produto de determinantes e barreiras sociais, econômicas, históricos e políticos. Assim, foram acolhidos os trabalhos que promoviam a reflexão sobre o gênero, como direitos reprodutivos/sexuais, esterilização, violência obstétrica, violência doméstica, papéis de gênero entre outros. Esses temas se vincularam à saúde física e mental e os textos foram desenvolvidos mediante pesquisas de abordagens qualitativas e/ou quantitativas ao realizarem um estudo com relevância teórica e prática. Alguns pontos discutidos foram: 1. Direitos reprodutivos e/sexuais e questões relacionadas a humanização da saúde; 2. Depressão, ansiedade e gênero;

3. Violência Doméstica; 4. Assistência à vítima de violência e suas consequências na saúde; 5. Políticas Públicas voltadas para gênero e saúde; 6. Desigualdade de gênero entre profissionais da saúde; 7. O papel do cuidado na saúde da mulher; 8. Promoção e acesso à saúde; 9. Transexualidade e saúde e 10. Vulnerabilidades sociais e autonomia.

SAÚDE MENTAL NA POPULAÇÃO TRANS

MENTAL HEALTH IN TRANS POPULATION

**Mariuá Ferreira Frozza
Caleb de Oliveira Montes**

Resumo

Historicamente, a comunidade LGBTQIA+ sofreu um preterimento em relação as suas pautas e conquistas. Embora os profissionais da saúde se interessem cada vez mais à atenção a pessoas transgênero, a produção acadêmica na temática ainda enfrenta muitos entraves e limitações. Nesse sentido, esse estudo busca, por meio de uma revisão de literatura narrativa, traçar um panorama geral nas publicações da área da saúde, acerca da relação entre a população transgênero e saúde mental. Dessa forma, procura-se assim dar visibilidade à tematica, especialmente em relação às ciências psicológicas e práticas profissionais.

Palavras-chave: Transexual, População trans, Saúde mental

Abstract/Resumen/Résumé

Historically, the LGBTQIA+ community has been neglected in relation to its agendas and achievements. Although health professionals are increasingly interested in caring for transgender people, academic production on the subject still faces many obstacles and limitations. In this sense, this study seeks, through a narrative literature review, to draw an overview in publications in the health area, about the relationship between the transgender population and mental health. Thus, we seek to give visibility to the theme, especially in relation to the psychological sciences and professional practices.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Transsexual, Trans population, Mental health

1. INTRODUÇÃO

Numa sociedade norteadada pela heteronormatividade falar sobre identidade de gênero e orientação sexual ainda pode ser considerado um tabu, por se tratarem de temas que fogem aos padrões moralmente aceitos. Geralmente quando se fala em saúde pública se fala sobre estratégias voltadas para epidemias (algo que já está acontecendo) e pouca atenção é dada a prevenção de situações de risco (algo que pode acontecer no futuro) (Shihadeh, 2021).

Apesar de nunca ter sido constatada uma causa que justifique a patologia na transgeneridade, foi somente na década de 90 que o termo “transexualismo” foi trocado por “transexualidade”. Por muito tempo essa parte da população foi interpretada sob uma perspectiva patológica e desviante, associada à loucura e à delinquência. A ciência somente começa a desenvolver produções específicas sobre pessoas trans a partir de meados do século XX sendo que os maiores saberes estavam sob a ótica médica, jurídica e moral, não se fazendo distinção entre identidade de gênero e sexualidades (Cannone, 2019).

Somente em agosto de 2008, por meio da Portaria nº 1.707/GM/MS e da Portaria nº 457/SAS/MS, o processo transsexualizador e os procedimentos a ele associados foram instituídos no Sistema Único de Saúde (SUS), sendo passível de ser realizado em cinco Hospitais Universitários do país, nas cidades de Porto Alegre/RS, Rio de Janeiro/RJ, Goiânia/GO, São Paulo/SP e Recife/PE. Investir em normas que facilitem o acesso à saúde da população trans é um marco importante para a despatologização dessa população, não limitando-as a manuais biomédicos (Vieira, 2019).

Importante ressaltar o papel adotado pela psicologia, sendo que a mesma tem incorporado uma postura cada vez mais participativa e a favor da diversidade sexual e da orientação de gênero, como com a retirada da seção dos transtornos mentais na Classificação Internacional de Doenças (CID-11). Tendo em vista a incipiência da temática e a constante luta pela despatologização das identidades transexuais e travestis em vários setores. É importante ressaltar e dar visibilidade ao desenvolvimento de reflexões sobre o tema (Cannone, 2019). Grandes reverberações como a “Stop Trans Pathologization” (STP 2012) têm atingido seus objetivos na despatologização e estabelecendo diálogo com as grandes organizações de saúde a fim de remover de manuais psicopatológicos as experiências trans. No fim da primeira década dos anos 2000 os debates sobre o tema ganham força para além de discursos psiquiátricos (vieira, 2019)

Usualmente, o cis é visto como norma e tudo o que foge a essa norma automaticamente se torna patológico. O acesso à saúde pelo SUS para a população trans se restringe ao processo transexualizador (cirurgia) e não abrange a totalidade de cuidado mesmo após a cirurgia ou para demandas não-cirúrgicas (vieira, 2019). Os processos e as identidades trans muitas vezes são vistas como patológicos justamente por culturalmente se entender esse processo identitário de sexo-gênero como binário e natural/ imutável. Muitas vezes isso pode refletir no desrespeito e tentativa de controle desses mesmos corpos. É impossível segregar as duas esferas de sexo e gênero uma vez que uma se molda em relação à outra (Cannone, 2019).

Já mais capilarizadas, as reivindicações dos movimentos sociais contendo pessoas trans começam a ocupar espaços antes não ocupados. Exemplos são a academia, as casas legislativas e os campos de deliberação, locais estes que antes eram usados para falar sobre as pessoas trans agora são utilizados com e para pessoas trans (vieira, 2019).

Conforme Shihadeh (2019) A partir dos dados coletados em suas pesquisas a LGBTQIAfobia ainda é evidente nos serviços de saúde prestados a esta população. A necessidade de capacitações dos profissionais e diálogos entre as áreas do saber são fundamentais para que se faça cumprir a legislação e o atendimento de forma ampliada e significativa.

2. OBJETIVOS

Mediante o exposto, o objetivo deste estudo é apresentar um panorama geral acerca da produção científica na temática de saúde mental e população transgênero. Logo, haja vista tais enfoques, este estudo visa também a dar visibilidade à temática, especialmente em relação à saúde mental.

3. METODOLOGIA

A fim de contemplar os objetivos deste estudo e produzir hipóteses sobre a temática, foi realizada uma revisão de literatura narrativa. Nesse sentido, foram resgatados e selecionados artigos das bases “Biblioteca Virtual em Saúde” e “LILACS”, contemplando publicações de 2018 até 2021.

Logo, durante a busca e resgate dos artigos, utilizou-se a expressão ““Transgênero” AND ‘Saúde mental’”. Os descritores foram escolhidos de acordo com os objetivos do estudo e proposta de pesquisa.

Por fim, foram delimitados critérios de inclusão e exclusão para a seleção dos artigos que compõem o estudo. Em se tratando de critérios de inclusão, foram selecionados artigos

que abordassem a temática proposta, além de apresentarem resumo e texto completo em português. Depois, excluíram-se artigos duplicados ou que fujam do tema proposto nos objetivos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme Shihadeh (2019) A partir dos dados coletados em suas pesquisas a LGBTQIAfobia ainda é presente nos serviços de saúde prestados a esta população. Enfatiza-se a necessidade de capacitações e diálogos para que se faça cumprir a legislação e o atendimento de forma ampliada. Movimentos importantes já foram realizados nesse sentido, mas ainda há muito para ser consolidado levando-se em consideração a profundidade das mudanças de paradigma propostas e adequadas.

Consoante Abade, Chaves e Silva (2020), a produção científica acerca da saúde de pessoas transsexuais e travestis é recente e limitada, embora tenha ganhado a atenção dos pesquisadores nos últimos anos. Como apontam os autores, convém ressaltar que grande parte dessa produção é voltada apenas à temática da epidemia do HIV/Aids. Nesse sentido, em se tratando de saúde mental da população transgênero, os pesquisadores afirmam que existem poucas pesquisas e revisões no Brasil e América Latina que englobam essa problemática. (Abade, Chaves & Silva, 2020). A maior parte do conteúdo produzido sobre essa população ainda está limitada à temática de IST HIV/Aids e engatinha quando se trata de perceber o sujeito trans de forma integral e complexa com várias demandas e merecedoras de acolhimento e transformação. Além disso, como apontam Abade, Chaves e Silva (2020), é possível perceber como a própria produção acadêmica atual na temática de gênero exclui, pelo menos em partes, a discussão de pautas da população transgênero.

Ademais, Fleury e Abdo (2013) defendem que a crescente atenção dos profissionais da saúde à população transgênero, em suas particularidades e especificidades, advém da conquista de visibilidade pela própria comunidade. Logo, em se tratando de saúde mental, trazer à tona a situação delicada da produção de estresse na população transgênero fomenta, por si mesma, o interesse em pesquisar e reconhecer a complexidade das vivências LGBTQIA+. Quanto maior a autonomia e visibilidade exposta por essa população, gradualmente, maior será o espaço ocupado e desfrutado levando-se em consideração que a sigla “T” (Trans) estará com um arsenal cada vez maior de conhecimentos acerca de suas singularidades e modos de pensar.

Por fim, um estudo realizado por Zucchi, Barros, Redoschi, de Deus & Veras (2019), mostra que existe uma correlação considerável entre fatores sociais e o bem-estar psicológico de mulheres transexuais e travestis. Logo, os pesquisadores apontam que variáveis como escolaridade e empregabilidade predizem, até certo ponto, escores de bem-estar psicológico nessa população. O reconhecimento dessa população tanto nas esferas psicológicas, através da despatologização, como na esfera social, através da maior escolarização e empregabilidade, estão diretamente relacionados à maior autonomia e pela ocupação de espaços que outrora não estavam sendo ocupados.

Dentro dos temas que abrangem a saúde mental da população trans, emerge a necessidade de debates em torno da identidade de gênero e identidade sexual. Busca-se por uma abordagem de acolhimento humanizado, não somente na dimensão corporal, mas na perspectiva histórica da pessoa com sentimentos, direitos e perspectivas é indispensável para o maior fortalecimento da autonomia dessa população. Muitas vezes o acesso à saúde não ocorre justamente devido a falta de preparo por parte dos profissionais que não se adequam às necessidades dos sujeitos, gerando um afastamento do serviço de saúde. Essa postura pouco acolhedora foi identificada com unanimidade pelos participantes da pesquisa que acabaram por serem vítimas de diversas formas de preconceito e discriminação (Shihadeh, 2021).

5. CONCLUSÕES

A partir do transcorrido conclui-se que ainda existe muito a ser conquistado e reivindicado pela e para a população trans no Brasil, apesar de passos significativos já terem sido dados. O fato de identidades trans estarem saindo do campo da patologia e estarem ocupando espaços diversos da sociedade que em outro momento não eram ocupados fala sobre a sua conquista de maior autonomia e consolidação como pessoa que participa e existe em um meio social.

O acesso à saúde tanto mental como integral precisa ser repensado e rearticulado uma vez que os profissionais que atuam nessas áreas geralmente não estão capacitados para atender a tal demanda. A repetição dos mesmos preconceitos que a área da saúde em geral cometia quando considerava a população trans mais como uma patologia e menos como pessoas dignas de acolhimento e cuidado não foram completamente deixadas de lado apesar de estarem em processo de reflexão e (re)pensar sobre. Importante salientar a relevância de problematizar e debater mais sobre esses temas a fim de capacitar os profissionais e abrir espaço de diálogo para e com esses mesmos sujeitos.

Por conseguinte, mediante a revisão nos bancos de dados e discussões apresentadas, percebe-se uma limitação na produção acadêmica que discorre acerca da relação entre população transgênero e saúde mental. Em primeiro ângulo, convém ressaltar que existem poucos estudos brasileiros recentes que contemplem os descritores de população transgênero e saúde mental. Nesse sentido, em se tratando de construtos da psicologia que englobam a área, destacam-se apenas estresse e bem-estar psicológico.

Como exposto nos resultados da pesquisa, há um preterimento histórico em relação às pautas LGBTQIA+ na produção acadêmica da Psicologia e Ciências da Saúde, especialmente em se tratando de população transgênero e travesti. Dessa forma, faz-se necessário o incentivo a novas pesquisas e revisões que contemplem essa comunidade, de forma a tornar possível a criação de novas estratégias de combate à transfobia.

6. AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo seu fomento às pesquisas nacionais e ao Prof. Dr. Claudio Simon Hutz, pelo seu apoio.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABADE, E. A.; CHAVES, S. C.; SILVA, G. C. Saúde da população LGBT: uma análise dos agentes, dos objetos de interesse e das disputas de um espaço de produção científica emergente. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, V.30, n.4, p.1-31, 2020.

CANNONE, L. A. R. Historicizando a Transexualidade em Direção a uma Psicologia Comprometida. **Psicologia: Ciência e Profissão**, V.39, n.3, p.21-34, 2019.

FLEURY, H. J.; ABDOL, C. H. Atualidades em disforia de gênero, saúde mental e psicoterapia. **Diagnóstico e Tratamento**, V.23, n.4, p.147-151, 2018.

SHIHADDEH, N. A.; PESSOA, E. M.; SILVA, F. F da. A (in)visibilidade do acolhimento no âmbito da saúde: em pauta as experiências de integrantes da comunidade LGBTQIA+. **Barbarói**, n.58, p.172-194, 2021.

VIEIRA, E. DA S.; DUTRA, C. V.; PEREIRA, C. A. S. R.; CAVALCANTI, C. S. Psicologia e Políticas de Saúde da População Trans: Encruzilhadas, Disputas e Porosidades. **Psicologia: Ciência e Profissão**, V.39, n.3, p.161-173, 2019.

ZUCCHI, E. M.; BARROS, C. R.; REDOSCHI, B. R.; DE DEUS, L. F.; VERAS, M. A.
Bem-estar psicológico entre travestis e mulheres transexuais no Estado de São Paulo, Brasil.
Cadernos de Saúde Pública, V.35, n.3, p.1-13, 2019.